



Vilma da Conceição Pinto

Diretora de Assuntos Econômicos e Sociais da Vice-Presidência da República Federativa do Brasil



Fernando Almeida Barbalho

Assessor técnico da Diretoria de Assuntos Econômicos e Sociais da Vice-Presidência da República Federativa do Brasil

Artigo

Padrões internacionais do gasto público e a posição do Brasil

O debate sobre o tamanho do Estado brasileiro costuma começar por uma afirmação recorrente: o país gasta muito. A frase é familiar, mas, isoladamente, diz pouco. Uma das formas de qualificar melhor o debate é compreender em que medida o gasto brasileiro pode ser ou não considerado elevado a partir de sua composição em relação a outros países e não apenas na análise de seus valores agregados. Em outras palavras, para entender a singularidade brasileira, é preciso olhar não somente para o gasto total, mas também para o destino desses recursos.

Uma base amostral de países,¹ organizada segundo a classificação funcional do gasto público (Cofog/FMI)² ajuda a iluminar essa questão. Em 2023, o gasto do governo geral brasileiro foi de 45,3% do PIB. Esse valor coloca o Brasil na posição 19 da comparação internacional de maiores gastos do governo geral. Vale ressaltar que esse valor inclui os gastos com transações da dívida pública, que

no caso brasileiro têm parcela relevante em relação ao total.

Em termos desagregados, a análise indica que, ao se observar o gasto das cinco principais funções como percentual do PIB, os países se organizam em dois grupos: um de alta intensidade social, com maior peso de saúde e proteção social, e outro de baixa intensidade social, no qual essas funções têm menor participação. As demais três funções não diferenciam de forma relevante os países.³ O Brasil aparece no primeiro grupo, ao lado de países cuja estrutura fiscal dedica parcela expressiva da renda nacional à cobertura de políticas sociais e à provisão de serviços públicos essenciais.

Os gráficos a seguir ilustram esta distribuição tanto para proteção social quanto para saúde. É possível observar que, no caso da proteção social, o Brasil destina cerca de 16,8% do PIB, estando acima da mediana do grupo de países com alta intensidade social. A composição desta categoria, para o caso brasileiro, no entanto, mos-

tra que aproximadamente metade desse valor corresponde a gastos com a terceira idade (aposentadorias e pensões), enquanto os gastos com família e filhos (por exemplo, nesta categoria encontra-se o Programa Bolsa Família) representam algo em torno de 10% do total dessa função.

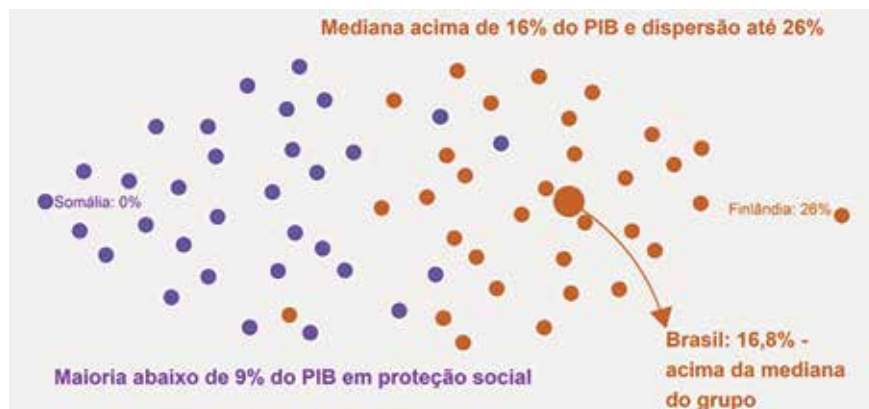
Já em saúde, o gasto brasileiro alcançou 4,7% do PIB, estando abaixo da mediana dos países de alta intensidade social. A composição desta função mostra que cerca de 54% concentraram-se em serviços hospitalares, enquanto os gastos com pesquisa e desenvolvimento da saúde responderam por 0,8% do total da função. Esses números sugerem que o país realiza, sim, um esforço significativo em áreas sociais, mas esse esforço é moldado por uma combinação bastante específica: forte peso das despesas previdenciárias na função de proteção social e gasto com saúde abaixo da mediana dos países de alta intensidade de gastos sociais.

Deslocando a análise para as outras três funções, é possível observar na função de assuntos econômicos que o Brasil se encontra muito abaixo da mediana, tanto para o grupo de alta intensidade social quanto na comparação agregada de todos os países da amostra. O principal gasto nesta função é na área de transportes, que representou cerca de 60% do gasto total da função.

Na função educação, os gastos se concentram na educação infan-

Clivagem no gasto em proteção social em proporção do PIB

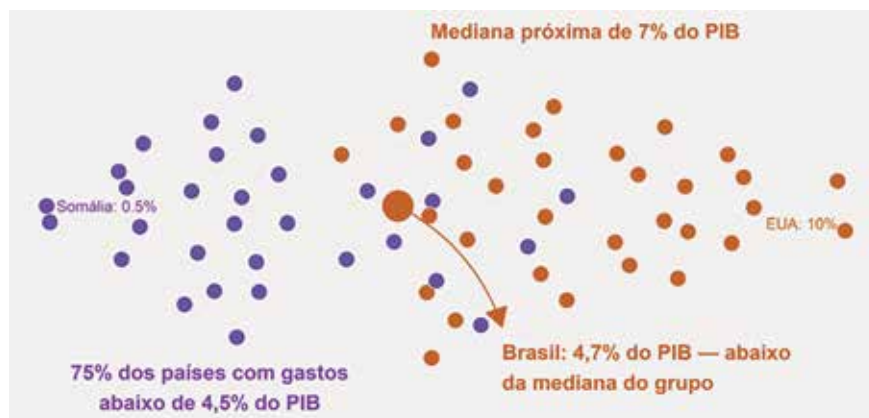
Distribuições revelam separação clara entre países de **baixa** e **alta intensidade social**



Despesas do governo geral em proteção social (% do PIB)

Dois níveis de esforço público em saúde

Grupo de **alta intensidade social** apresenta mediana próxima de 7% do PIB, mais que o dobro do grupo de **baixa intensidade**



Despesas do governo geral em saúde (% do PIB)

Fonte: FMI (dados de 2023). Elaboração dos autores.

til, ensino fundamental e ensino médio, que juntos respondem por 74% do gasto brasileiro na função educação. Na perspectiva internacional, o Brasil situa-se mais próximo da mediana da distribuição.

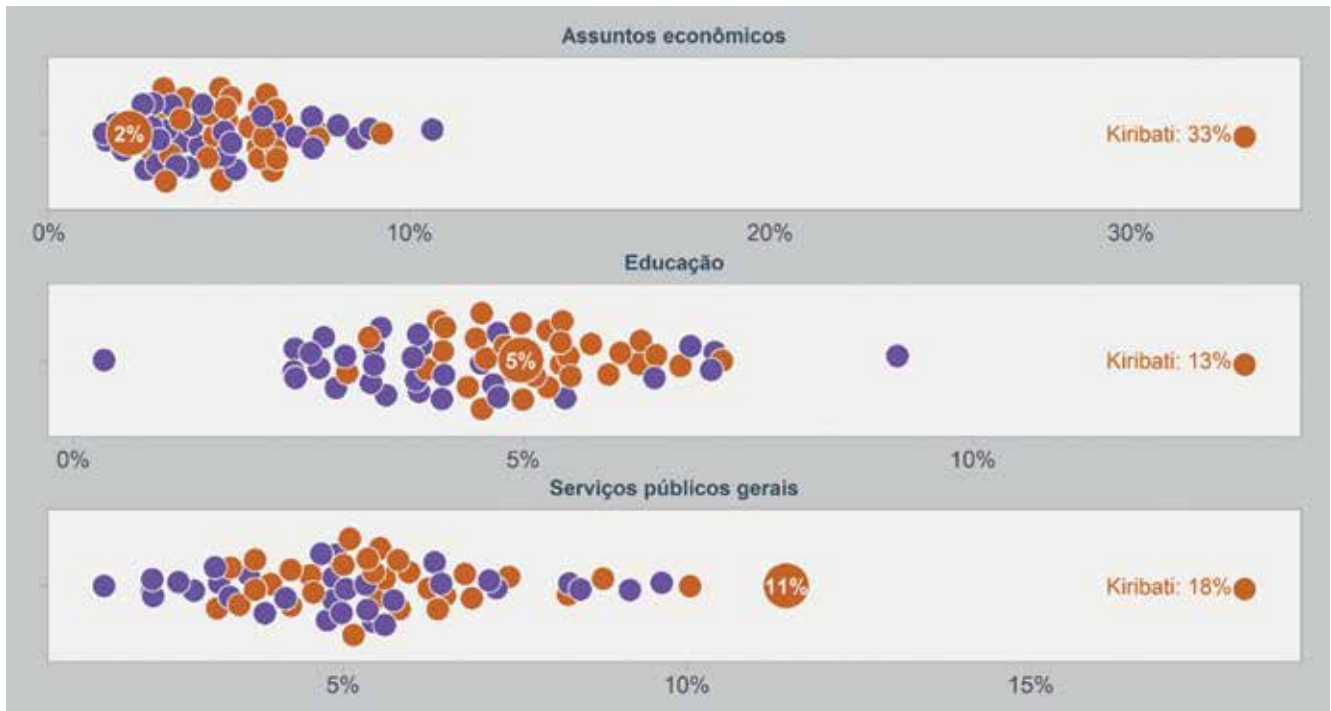
Por fim, vale observar os gastos com os serviços públicos gerais. Essa função, segundo Brasil (2025), corresponde às chamadas “áreas-meio” do governo. A com-

posição, segundo o Tesouro Nacional, contempla:

Despesas com atividades legislativas, controle interno e externo, gestão financeira, fiscal e de assuntos externos, além de pesquisas básicas sem aplicação finalística. Também inclui as transferências de caráter geral entre os entes federativos, os gastos

Sobreposição distributiva nas demais funções do gasto

Educação, assuntos econômicos e serviços públicos gerais não diferenciam os grupos (valores do Brasil nos círculos grandes)



Despesas em % do PIB - funções selecionadas

Fonte: FMI (dados de 2023). Elaboração dos autores.

com juros e outras despesas relacionadas à administração da dívida pública. (Brasil, p. 21, 2025)⁴

Em 2023, na perspectiva comparada, observa-se que o Brasil possui um gasto elevado nesta função em relação aos demais países, ficando apenas abaixo da República de Kiribati. No Brasil, o gasto com essa função chegou a 11,4% do PIB, sendo que deste valor 8,14% (71,4% do total da função) correspondeu às transações da dívida pública. No contexto de juros elevados, essa parcela de gasto público destinado às transações da dívida pública representa um desafio expressivo para uma me-

lhor alocação dos gastos públicos.

Comparações internacionais não fornecem respostas automáticas, mas ajudam a compreender melhor os diagnósticos apressados. No caso brasileiro, em que pese o país combinar elevado esforço em proteção social e saúde, compatível com o grupo de países de alta intensidade social, a composição destas e das outras principais funções orçamentárias ainda revela desafios adicionais relacionados à estrutura orçamentária. São justamente esses pontos que precisam estar no centro do debate para melhorar a composição do gasto público, de modo a melhorar a sua qualidade.

*Vilma da Conceição Pinto
escreve a cada bimestre.*

¹Os dados correspondem à base de dados (<https://go.fgv.br/pdzs1AuRLIn>) do Fundo Monetário Internacional (FMI) referente às despesas do governo geral por função orçamentária. A metodologia adotada busca harmonizar os dados dos diferentes países de modo a possibilitar comparações internacionais. No caso brasileiro, os dados também encontram-se disponíveis em: <https://go.fgv.br/zFAoXKTzT8>. Como no momento da coleta, havia apenas 34 países com dados para 2024, optou-se por estruturar a análise com os dados de 2023.

²Classification of the Functions of Government (Cofog) do FMI.

³Para se chegar nesses agrupamentos foram utilizadas técnicas de aprendizado de dados não supervisionado.

⁴BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional (dez. 2025). Despesa por função do governo geral: resultados de 2024. Tesouro Nacional. Disponível em: <https://go.fgv.br/oBujAFjm1v9>. Acesso em: 30 mar. 2026.